



JORNALISMO ETNOGRÁFICO EM COBERTURAS DE LONGA DURAÇÃO: Considerações sobre a relação entre repórter e personagem no caso Rafael Braga¹

ETHNOGRAPHIC JOURNALISM IN LONG-TERM COVERAGE: Considerations on the relationship between reporter and character in the Rafael Braga case

Luiza Schelgshorn dos Santos de Sansão²
Itala Maduell Vieira³
Leonel Azevedo de Aguiar⁴

Resumo: Este ensaio teórico busca apontar características e problematizações sobre a noção de cobertura jornalística de longa duração, a partir de série de reportagens realizadas ao longo de nove anos a respeito do caso Rafael Braga, jovem catador de material reciclável preso durante as manifestações de junho de 2013. Analisa-se a experiência da repórter à luz de referencial teórico sobre jornalismo etnográfico, jornalismo de longa duração e jornalismo de subjetividade. Verificam-se tensionamentos dos preceitos éticos tradicionalmente adotados no jornalismo ainda pouco debatidos, sobretudo sobre a relação repórter-personagem.

Palavras-Chave: Jornalismo; Teorias do Jornalismo; Jornalismo Etnográfico; Cobertura de longa duração

Abstract: This theoretical essay seeks to point out characteristics and problematizations about the notion of long-term journalistic coverage, based on a series of reports carried out over nine years about the case of Rafael Braga, a young recyclable material collector arrested during the June 2013 demonstrations. The reporter's experience is analyzed in the light of theoretical references on ethnographic journalism, long-term journalism and subjective journalism. It reveals tensions between the ethical principles traditionally adopted in journalism, which are still little debated, especially with regard to the reporter-character relationship.

Keywords: Journalism; Journalism theories; Ethnographic journalism; Long-term coverage

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo, 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba – PR, 10 a 13 de junho de 2024.

² Mestra em Comunicação pela PUC-Rio, luizasssansao@gmail.com.

³ Doutora em Comunicação e professora do curso de Jornalismo da PUC-Rio, itala@puc-rio.br.

⁴ Doutor em Comunicação e professor do PPGCom e do curso de Jornalismo da PUC-Rio, leonelaguiar@puc-rio.br.

1. Introdução

Na tarde de 11 de maio de 2016, quase na hora marcada para a segunda audiência de instrução e julgamento de Rafael Braga, a repórter é surpreendida pelo cumprimento inusitado de uma ativista de direitos humanos. “Que bom que você chegou, dona Adriana [*mãe do jovem catador*] estava perguntando: ‘cadê a jornalista do Rafael?’” (Sansão, 2024, p. 111). Identificado em reportagens da mídia de referência como “morador de rua”, o catador de material reciclável havia sido preso em meio às manifestações de junho de 2013 no Rio de Janeiro sob a acusação de portar material incendiário – na verdade, dois frascos lacrados de produtos de limpeza, um desinfetante e outro de cloro. Negro, pobre e morador da periferia da cidade, foi o único a ser condenado pelos protestos. A repórter acompanha o caso de perto ao longo de nove anos, numa série de 28 reportagens na Ponte Jornalismo⁵ e em blog no site Outras Palavras⁶, e em vários momentos se confundiu com a própria equipe de defesa do acusado, emocionando-se com o drama de sua família e expressando sua indignação.

O caso pode ser classificado como uma cobertura jornalística de longa duração – conceito que não deve ser confundido com jornalismo *long-form* (Longhi e Winques, 2015) e que nos parece carecer de maior aprofundamento. Este artigo, derivado de pesquisa em nível de pós-graduação de uma das autoras, sob orientação dos coautores, busca apontar características e problematizações sobre a noção de cobertura jornalística de longa duração, articulando-se os conceitos de jornalismo etnográfico (Hermann, 2016a e 2016b; Carvalho e Mendonça Júnior, 2022), reportagem de longa duração e jornalismo de subjetividade (Moraes, 2015, 2202), a partir da experiência de Sansão (2024).

O jornalismo que se quer debater aqui, portanto, não é o da reportagem factual, produzida na correria cotidiana, com prazos apertados e sem aprofundamento, normalmente restrita a técnicas que pasteurizam textos, apagando a autoria. Com o enxugamento das redações e em meio às possibilidades de comunicação à distância oferecidas pela tecnologia – uma economia para as empresas jornalísticas, que nem precisam arcar com o deslocamento de seus funcionários –, repórteres, sobreexigidos e desmotivados pela precariedade da profissão –

⁵ A Ponte Jornalismo se apresenta como “uma organização sem fins lucrativos criada para ampliar o debate sobre os direitos humanos por meio do jornalismo”, sobretudo a cobertura das áreas de segurança pública e justiça. Disponível em: <https://ponte.org/sobre/>. Acesso: 18 fev., 2025.

⁶ O site Outras Palavras informa apostar “no jornalismo de profundidade para encarar grandes assuntos nacionais e internacionais”, mobilizando “pensadores e ativistas que não se limitam às análises convencionais” da “mídia comercial”. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sobre/>. Acesso: 18 fev., 2025.

baixos salários, muitas vezes sem vínculo empregatício (pejotização), acúmulo de horas extras mal ou não remuneradas, entre outras formas de desvalorização – se veem ainda mais premidos pelo tempo. É o “jornalismo sentado” de que nos fala Neveu (2006) e que, em casos de subserviência aos poderes políticos e econômicos, poderia ser chamado de “jornalismo de cócoras”. Fontes se repetem (definidores primários⁷, reforçando seus mesmos pontos de vista⁸ e sua imagem midiática), entrevistas dão lugar a “pegar aspas” pelo telefone e cada vez mais por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp. Tudo isso limita a conexão de jornalistas com a pauta e as fontes e inviabiliza o aprofundamento nos temas tratados.

Embora as notícias tendam a dominar as discussões no e sobre o jornalismo (Hermann, 2016b, p. 495, tradução nossa), são reportagens, pelo relato minucioso e pela profundidade, que se tornam obras de referência, muitas vezes tomando a forma de livros. No Brasil, exemplo inescapável é a obra de Euclides da Cunha (1866-1909), que, enviado como correspondente pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 1897 para cobrir a insurreição de Canudos, aproveitou o material excedente para escrever *Os Sertões*, lançado em 1902. Neste estudo sobre a série de reportagens de Luiza Sansão, destacamos as experiências de duas mulheres repórteres com grandes contribuições ao jornalismo ligado aos direitos humanos: Fabiana Moraes, sobretudo com o livro-reportagem *O nascimento de Joicy* (2015), em que narra a cobertura (e seus bastidores) do processo de redesignação sexual da cabeleireira pernambucana Joicy ao longo de 18 meses; e a jornalista gaúcha Eliane Brum, com *A menina quebrada* (2013).

Na cobertura de histórias por um período mais longo, o aprofundamento nas questões que as atravessam (tratamento reflexivo da pauta) e a preocupação com a forma de contá-las (estilo, autoria etc.) são características das reportagens consideradas “grandes” e “de fôlego”.

⁷ Stuart Hall et al. (2016) chamam de “definidores primários” as fontes que têm status social e, portanto, conferem status ao jornalista que as entrevista e ao veículo: são as fontes oficiais, empresariais, institucionais e especializadas, sempre procuradas para falar e cujas opiniões são consideradas muito relevantes.

⁸ Ao se ouvir sempre as mesmas fontes oficiais (os definidores primários), tem-se o reforço da ideologia dominante e o silenciamento de outros tipos de fonte (aqueelas que são comumente marginalizadas no jornalismo do dia a dia), fenômeno constatado pela teoria da ciência política e comunicação de massa proposta pela alemã Elisabeth Noelle-Neumann. “A definição da leitura do real por essas fontes, assim como a circulação majoritária de suas declarações, que as hierarquiza num estrato superior de qualidade e credibilidade em relação a outros tipos de fonte, acaba por reforçar o suporte à ideologia oficial e por silenciar e marginalizar outras vozes e possibilidades interpretativas, fenômeno a que Elisabeth Noelle-Neumann (1993) denomina espiral do silêncio” (Passos, 2017, p. 5).

Todos esses termos, portanto, parecem adequados para nos referirmos ao tipo de jornalismo que interessa a esta discussão, embora guardem nuances.

Dois aspectos são notoriamente apontados como grandes beneficiários do maior tempo de dedicação e de espaço para aprofundamento numa cobertura. O primeiro é a apuração, ao permitir a jornalistas entender a história em profundidade, recolher e checar informações (Tuchman, 1999). No caso de Euclides da Cunha, o republicano começou cobrindo as campanhas do Exército a partir de fontes oficiais, e parte para Canudos acreditando que o movimento pretendia restaurar a monarquia. Já no sertão baiano, descobriu que os insurgentes eram pequenos agricultores que, em meio a latifúndios, desemprego e seca, acreditavam na salvação milagrosa proposta por Antônio Conselheiro (1830-1897).⁹ Fabiana Moraes (2015) surpreendeu-se com a figura de Joicy na fila de espera para a cirurgia de redesignação sexual do Hospital das Clínicas: destoando das demais, era a única sem vestido, cabelos compridos ou maquiagem. Musculosa e um tanto rude, traços de quem passara boa parte da vida na roça, foi a que escolheu e a quem iria acompanhar por 18 meses, por entender o preconceito que a personagem sofre não apenas por ser transexual, mas por não ser uma transexual estereotipada: “sem os marcadores que a fariam, externamente, ser ‘mulher’, Joicy termina sofrendo um preconceito duplo, que vem tanto daqueles que não experimentam a sua condição quanto das próprias transexuais” (Moraes, 2015, p. 34-35). Outro exemplo é o de Eliane Brum, que se afeiçoou pela menina Sônia, que tinha “olhos de velha”, o que evidencia que “um crime aconteceu, porque crianças não podem ter olhos de velho”¹⁰.

O segundo aspecto é a qualidade do texto, incluindo o uso de recursos literários (Martinez, 2016). Mas, como já problematizou a jornalista e pesquisadora Fabiana Moraes (2015), coberturas de longa duração envolvem outros aspectos menos abordados nas redações e em estudos de jornalismo, como conflitos na relação repórter-personagem, desafios éticos e emocionais, advindos da imersão por longos períodos.

“Apesar de tantas e tantos jornalistas que lutam diariamente para produzir matérias e reportagens fora de critérios redutores, ainda há um vácuo prático epistemológico no jornalismo brasileiro”, escreveu Moraes (2022, p. 23). E há profissionais que, em vez de buscar o que há de “quente” — o instante do acontecimento —, experimentam o correr do tempo, que

⁹ Em *Os Sertões*, que chama de “livro vingador”, Cunha diz se vingar do repórter ingênuo que foi.

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SeeojASScDo&t=785s>. 121

é o próprio correr da vida, aquele que, nas palavras de Guimarães Rosa, “esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta”.

Em pesquisa na qual desenvolve o conceito de jornalismo etnográfico, a jornalista, antropóloga e professora dinamarquesa Anne Hermann entrevistou repórteres estadunidenses para entender seu processo de trabalho e observou, por exemplo, que todos eram independentes — exatamente porque não é possível realizar em grandes redações esse tipo de trabalho que requer tempo, inclusive um aparente “desperdício de tempo”, ela dirá, já que o repórter assume que não tem o controle de tudo, pelo contrário, como aponta Fabiana Moraes (2022), existe uma relação com o Outro, há o tempo do Outro, uma sensibilidade e uma empatia em relação a como e quando o personagem se sente mais à vontade para se abrir, por exemplo.

2. Imersão e a abordagem etnográfica

É recorrente nas pesquisas em jornalismo a menção ao manifesto do novo jornalismo de Tom Wolfe em resposta às convenções do jornalismo moderno, como objetividade, estrutura de notícias e velocidade. Wolfe chamou essa imersão de “reportagem de saturação”, termo que abordaremos mais adiante. Mas o pesquisador colombiano Andrés Puerta, entre outros, enfatiza que as relações entre jornalismo e literatura estão longe de se iniciar com o chamado novo jornalismo, que, nos anos 1960 e 1970, investiu na descrição de ambientes, reconstrução de diálogos e recriação de atmosferas, flirtando com a literatura. Puerta aponta estas relações já em *Um diário do ano da peste*, de Daniel Defoe, de 1722, que emprega linguagem jornalística, estatísticas e entrevistas como recursos de estilo para narrar a tragédia da peste bubônica que ceifou mais de 70 mil vidas em Londres, em 1665.

Além do relato autoral e humanizado, “as experiências de imersão, assim como um contínuo ‘estar aberto ao não saber’, são características fortes” desse tipo de trabalho, como destaca Fabiana Moraes (2015, p. 220). Monica Martinez afirma que tal mergulho na realidade “demanda o uso de métodos diferenciados de captação da realidade”, acreditando que uma metodologia interessante seja a *cultura do ouvir* proposta pelo semiótico brasileiro Norval Baitello Jr., inspirado em autores como o sociólogo alemão Dietmar Kamper, criador

da antropologia histórica. “Ouvir requer um tempo do fluxo e o tempo do fluxo é o tempo do nexo, das conexões, das relações, dos sentidos e do sentir” (Baitello Júnior, 2005, p.108).

Foi o sociólogo francês Érik Neveu quem elaborou uma das primeiras concepções de jornalismo etnográfico (2000), apontando como característica dessa prática “uma espécie de inversão das formas de cobertura comum da atualidade, passando do ponto de vista dos que decidem para os efeitos de suas decisões” (2006, p. 171). Usa também os termos “jornalismo narrativo” e “jornalismo lento”, tendo enxergado neste “uma tendência a retratar eventos ignorados pela grande mídia”.

Para Neveu, há um interesse renovado pelos instrumentos narrativos na elaboração de reportagens especiais, de interesse humano e investigativas, mencionando a ideia de um “novo novo jornalismo”, expressão cunhada por Robert Boynton. Mas com algumas especificidades: os novos jornalistas que investem na narratividade, avalia o pesquisador francês, são menos narcisistas e pirotécnicos na escrita do que seus antecessores do novo jornalismo. Para Neveu, essa geração tem quatro denominadores comuns:

1. Pratica longas e aprofundadas investigações, às vezes de extremo risco (como o “jornalismo de imersão” de um repórter que passou meses acompanhando um pelotão de soldados americanos no Afeganistão);
2. Combina objetividade, a factualidade de cenas e ações, com uma grande atenção à dimensão subjetiva da experiência e aos sentimentos dos atores dos eventos;
3. Mobiliza ferramentas emprestadas das ciências sociais e humanas (muitos destes jornalistas estudaram História, Antropologia, Sociologia, importando técnicas de coleta de dados, entrevista e observação, e recorrendo a fontes acadêmicas selecionadas a partir de revistas científicas); e
4. Produz reportagens que são profundamente narrativas, contam histórias, solucionam quebra-cabeças, levam os leitores pelos bastidores do mundo social, organizando um sofisticado elenco de personagens (Neveu, 2014, p. 538).

Fabiana Moraes (2015, p. 219) aponta uma “dimensão ativista” nesse novo novo jornalismo, aspecto central para a nossa abordagem:

Como se observa já a partir do nome, estes jornalistas diferenciam-se do movimento anterior e imensamente incensado do qual fazem parte nomes como Truman Capote e Gay Talese, o *new journalism*. Enquanto este se alimentava fortemente da vida de uma elite econômica ou cultural e da vida das celebridades (muitas vezes desglamourizando-as, o que é sociologicamente interessante), aquele movimenta-se em torno de pessoas e grupos

em situação de vulnerabilidade social focando raça e classe, além de uma “acumulação implacável de detalhes que definem o status individual” (Tom Wolfe) para produzir reportagens. No novo movimento, a dimensão ativista é predominante, com feitura de reportagens voltadas para discutir com mais profundidade questões ligadas à pobreza e às subculturas. A ideia de “exótico”, algo tão presente no jornalismo (inclusive e fortemente no jornalismo de imersão), é deixada de lado: o foco é a ausência de direitos civis. (Moraes, 2015, p. 220-221)

O interesse por “mundos ordinários” também é destacado por Carvalho e Mendonça Júnior (2022, p. 89) ao tratar do jornalismo etnográfico, que descrevem como “reportagens em profundidade nas quais o repórter faz contato direto com seus interlocutores por meio da observação participante e entrevistas em profundidade, muitas vezes de modo involuntário” (Carvalho, Mendonça Júnior, 2022, p. 88), desenvolvendo com as personagens¹¹ uma relação que se desdobra e aprofunda no *decurso do tempo* – e aqui inclui-se a ideia de *lentidão* típica de coberturas jornalísticas de longa duração.

Hermann (2016a, 2016b) localiza o jornalismo etnográfico no universo do chamado jornalismo lento. Refere-se a um gênero que tem como principais características: 1) a convivência por longo prazo durante a apuração da reportagem; 2) o foco em grupos sociais normalmente negligenciados na cobertura da mídia tradicional; e 3) a empatia entre repórter e interlocutores.

Embora a prática não seja nova, o conceito de jornalismo lento é recente e parece descrever uma resposta contemporânea aos problemas causados pela aceleração do jornalismo, tanto em sua produção quanto em seu consumo. O termo foi cunhado por Susan Greenberg em 2007, referindo-se a “reportagem de não ficção longa e jornalismo investigativo que leva tempo na escrita e na produção, resultando em um trabalho de alta qualidade” (Hermann, 2016b, p. 494, tradução nossa). Apesar de ter sido adotado por jornalistas, comentaristas de mídia e acadêmicos, o termo ainda é pouco comum em pesquisas, que em geral têm como foco principal “a *lentidão como uma abordagem para a produção* (desacelerando o processo de reportagem para ‘um ritmo humano’), *publicação* (por exemplo, o lançamento de uma revista trimestral de notícias) e *consumo* (prendendo a atenção das pessoas por um período de tempo significativo)” (Le Masurier, 2015, in Hermann, 2016b, p. 494, tradução nossa, grifos nossos). Hermann indica que essas dimensões temporais do jornalismo lento também podem

¹¹ Acompanhando Moraes, assumimos o termo em lugar de fonte, alguém com quem a relação não “ultrapassa um breve encontro permeado por algumas perguntas, um ‘muito obrigada’ e um ilusório ‘até logo’” (2015, p. 17).

ser indexadas na distinção de Schudson e Hannerz entre arregimentação (reportagem desacelerada, publicação mais lenta) e representação (narrativas longas e desaceleradas).

Hermann faz referência a esse tipo de relato que se ocupa de minúcias do cotidiano, por um longo período, com o uso de estratégias de imersão, compromisso ético e gosto literário (2016a, p. 269): “O jornalismo etnográfico é essencialmente o uso de estratégias de imersão científica social como a observação participante e a remodelação simultânea da composição epistêmica do jornalismo – o que, para a autora, “revela como o jornalismo é um processo adquirido de produção de sentido composto de partes filosóficas, práticas e expressivas variáveis à medida que amplia os limites epistêmicos da habilidade jornalística, adota novas estratégias de reportagem e desconsidera os estilos convencionais de redação de notícias” (Hermann, 2016a, p. 261).

Hermann (2016b) cita que “jornalismo lento” é um termo usado por sociólogos e antropólogos para descrever seu trabalho empírico – a etnografia. Entre as poucas análises aprofundadas acerca da forma como jornalistas utilizam recursos da etnografia em seus trabalhos, Carvalho e Mendonça Júnior afirmam que essas contribuições, de forma geral, “ressaltam que tanto jornalistas como etnógrafos produzem relatos a partir de um encontro com um Outro desconhecido (Travancas, 2002; Lago, 2010)” e, “para isso, lançam mão de ‘ferramentas’ como ‘a escuta e a capacidade de observação’ (Escóssia, 2021, p. 23)”. Em relação às diferenças entre jornalistas e etnógrafos, apontam a linguagem, mais acessível no jornalismo; e o tempo, citando anedota registrada por Pedelty (2010) em que os últimos chegam a se descrever como “*jornalistas lentos*” (in Carvalho, Mendonça Júnior, 2022, p. 88, grifo nosso). Em seu trabalho sobre as relações entre tempo e espaço no conceito de jornalismo etnográfico, os autores recuperam a abordagem de Janet Cramer e Michael McDevitt, que consideram que a etnografia é mais do que uma “ferramenta” para o trabalho jornalístico, e examinam também questões éticas envolvendo a relação entre repórteres e personagens – inclusive, questionando a velha noção de objetividade e defendendo a transparência em relação a “localizações sociais e culturais” (in Alcoff, 2016, p. 131). Nesse sentido, transcendendo a comparação entre os dois campos e a concepção da etnografia como um método de análise de práticas jornalísticas ou como um conjunto de técnicas disponíveis para jornalistas, Carvalho e Mendonça Júnior (2022) tratam a etnografia não apenas como um método mas também como um recurso teórico-metodológico, uma “teoria” (Peirano, 2014), ou uma “sensibilidade” e uma “forma de ver” o mundo (Desmond, 2016, p. 403-404), passando ainda por Janice Caiafa (2022, p. 88), que

classifica a etnografia como um ‘método-pensamento’, em função de seu “potencial para levantar debates sobre questões éticas, políticas e epistemológicas”.

Neste artigo, nos concentramos na conceituação de Hermann (2016a), que analisa o gênero pensando as correntes normativas das práticas jornalísticas. A pesquisadora avalia que o trabalho empírico sobre o gênero ainda é limitado, e que seus observadores tendem a se envolver com ele de forma normativa, defendendo suas virtudes, em vez de analisá-lo descriptivamente. A partir de Harrington (2003, p. 92-94), a pesquisadora elenca as características definidoras de “antropólogos jornalistas” ou “jornalistas etnográficos”:

1. Mergulhar na vida de seus personagens
2. deixar que a ação se desenvolva naturalmente
3. coletar material por meio de todos os sentidos
4. entrevistar para obter um significado mais profundo
5. procurar uma linha de ação temporária que tornará a história dramaticamente coerente
6. coletar diálogos ouvidos em excesso
7. relatar detalhes de status
8. observar gestos e características corporais para representar o personagem
9. observar pequenos eventos e detalhes que evoquem os temas de suas histórias.

(Hermann, 2016a, p. 267-268, tradução nossa)

Para sua pesquisa, Hermann entrevistou nove jornalistas americanos reconhecidos, alguns dos quais acompanhou de perto. Um aspecto importante diz respeito ao fato de nenhum deles trabalhar em redações da mídia de referência, onde não há espaço para esse tipo de jornalismo, uma vez que neste não há o imperativo dos prazos de fechamento ou restrições a pautas relacionadas a direitos humanos e populações ou indivíduos marginalizados:

[...] A etnografia surgiu como um ideal explicitamente acentuado para repórteres nos Estados Unidos que tentam retratar os ambientes humanos a partir de dentro. Especialmente, a reportagem literária de formato longo e a etnografia pública parecem estar

inerentemente relacionadas (Boyer, 2010, p. 6; Sefcovic, 1995). (Hermann, 2016a, p. 261, tradução nossa)

O uso de métodos etnográficos no jornalismo não é novo. No entanto, embora a prática seja antiga, “suas qualidades etnográficas distintas só recentemente foram apreciadas e categorizadas como tal” (Hermann, 2016a, p. 261, tradução nossa)

Hermann define o jornalismo etnográfico em três níveis: *epistemológico, estratégico e estilístico* (2016a). O nível epistemológico, entendido como “a lógica e as suposições nas quais a investigação jornalística se baseia explícita ou implicitamente” (2016a, p. 263), é o mais abstrato dos três, em que a autora “percebe uma postura mais interpretativa dos repórteres, em vez de uma busca por objetividade”, além do interesse por reportar não eventos, mas processos sociais. Assim, o jornalismo etnográfico, no nível epistêmico, segundo Hermann, “desafia pelo menos três aspectos do jornalismo convencional: seu ideal de objetividade, sua preocupação com eventos singulares e seus valores culturais” (2016a, p. 264).

É no nível estratégico que jornalistas deixam de lado a tão cobrada busca por distanciamento para assumir a empatia e a imersão que caracterizam esse tipo de jornalismo. E “os meios ou o método para alcançar o sucesso operam no nível estratégico”, explica a pesquisadora, que continua: “incluindo o seu público como participante, o jornalismo público (Glasser, 1999) exemplifica como as novas abordagens estratégicas mudam o jornalismo” (Hermann, 2016a, p. 263). Por fim, o nível estilístico, o mais concreto, está relacionado especialmente ao estilo literário, unindo métodos etnográficos no processo de apuração, entrevistas e relação com personagens à narrativa literária: “Essas preocupações podem informar os níveis estratégico e epistêmico, além de serem determinadas por eles” (Hermann, 2016a, p. 263).

Ainda que se reconheçam especificidades destes conceitos e nomenclaturas de jornalismos para além das práticas profissionais da mídia de referência, entende-se que todos falam de uma busca de alternativas ao viés positivista de uma atividade que ainda reverbera valores idealizados (e inalcançáveis) como a objetividade, a isenção e a imparcialidade. O jornalismo etnográfico, ou qualquer outro nome que se queira lhe dar, implode esses ideais, abraçando a subjetividade, a empatia, a preocupação com a representatividade. São estes os valores que buscaremos, a posteriori, identificar na experiência de Sansão na cobertura.

Assumimos o conceito de jornalismo de subjetividade apresentado pela jornalista e pesquisadora Fabiana Moraes (2022), que, em vez de abordar a ideia da inevitabilidade da subjetividade no jornalismo, a defende como uma “ferramenta para um jornalismo mais íntegro

e integral”, em suas palavras, entendendo-a como uma potência e, portanto, tirando da subjetividade no jornalismo a carga negativa que lhe foi atribuída.

3. O caso Rafael Braga e desafios da relação entre repórter e personagem

A cobertura do caso Rafael Braga se iniciou em junho de 2015. A tarefa de Sansão, então colaboradora não remunerada da Ponte Jornalismo¹², era averiguar a situação de um jovem negro preso no Rio de Janeiro dois anos antes, durante as manifestações que tomaram as ruas de todo o país em junho de 2013 e ficaram marcadas como “jornadas de junho”. A primeira reportagem sobre o caso¹³ envolveu dois meses de apuração e redação.

Desde a prisão do jovem, dois anos antes, não havia qualquer informação sobre quem era o jovem, sua origem, sua vida. No máximo, declarações de um dos advogados fazendo a crítica da seletividade do sistema penal ou de um ativista da Campanha Pela Liberdade de Rafael Braga, que reunia doações para ajudar a família e acusava o Judiciário de racismo.

A primeira aproximação se deu por meio de uma longa entrevista com um dos defensores de Rafael, Carlos Eduardo Martins, que integrava o pequeno grupo de advogados que atuava no Instituto de Defensores dos Direitos Humanos. A partir daí, o processo judicial foi estudado em detalhes, com ênfase nas informações acerca das circunstâncias da prisão e do que havia se passado desde então na esfera judicial. De todos os presos durante as manifestações, ele havia sido o primeiro e único a ser condenado logo, sem poder aguardar julgamento em liberdade, como os demais. A acusação contra ele era de porte de material explosivo para usar nas manifestações como “coquetel molotov”. Um dado saltou aos olhos: Rafael não havia sido preso *na* manifestação, mas em uma rua que sequer foi rota dos manifestantes. Ele não só não era manifestante como sequer entendia a razão dos protestos.

Diante da impossibilidade de entrevistar Rafael na prisão, a primeira reportagem se baseou em seus depoimentos e em seu relato ao então deputado estadual Marcelo Freixo, que, à época, presidia a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio. A matéria questiona o célebre processo enfrentado por Rafael, “em contraste com a costumaz morosidade do Poder Judiciário”, e que culminou com “mais um negro pobre no sistema

¹² Naquele momento não havia remuneração na Ponte. Todos os jornalistas da equipe precisavam conciliar o trabalho independente com seus empregos ou outras atividades para pagar as contas.

¹³ Ver “O primeiro e único condenado das manifestações de junho de 2013”, Luiza Sansão, **Ponte Jornalismo**, 27 ago. 2015. Disponível em: <https://ponte.org/o-primeiro-e-unico-condenado-das-manifestacoes-de-junho-de-2013/>.

carcerário”. Evidencia-se um posicionamento contra o racismo, a criminalização da pobreza, a forma como o processo havia se dado até ali, referenciando documentos e com declarações do advogado.

Faltava entender quem era Rafael, conhecer sua família, sua casa, a favela onde vivia, em Olaria, na Zona Norte. Mas no primeiro contato com a mãe, Adriana Braga, “não existia, naquele contexto, a perspectiva básica de fazer perguntas e obter respostas. Não funcionava assim” (Sansão, 2024, p. 97). A percepção da mãe só começou a mudar após o fim da entrevista, quando ela e a repórter embarcaram numa viagem de ônibus de mais de 50 minutos em direção ao Centro do Rio, onde haveria uma reunião do coletivo Campanha pela Liberdade de Rafael Braga, e compartilharam um lanche. A partir de então, os encontros fluíram.

Pouco menos de um mês depois da publicação da primeira reportagem, Rafael voltou ao regime semiaberto e a trabalhar num escritório de advocacia, sendo possível o primeiro encontro, descrito pela jornalista em sua dissertação:

Fui encontrar Rafael pela primeira vez. Mas eu havia me dedicado tanto à apuração e à produção da reportagem publicada em agosto que, de certa forma, já tinha me afeiçoadão à figura dele antes mesmo de conhecê-lo pessoalmente. Como ele já havia ouvido sobre mim e minha matéria, também me aguardava. Quando cheguei ao escritório, ele estava sentado e, quando eu disse seu nome, ele se levantou num impulso alegre, dando-me um abraço. Senti uma empatia enorme: pude enxergá-lo, em sua timidez de menino, cujo olhar transmitia uma espécie de ingenuidade adolescente — que souu como um certo descompasso com seus então 27 anos. Curiosa, eu desejava fazer muitas perguntas e registrar suas respostas inéditas. Entretanto, para não correr o risco de prejudicá-lo — uma questão ética —, divulguei apenas sua resposta à pergunta sobre como ele se sentia ao retornar ao semiaberto — uma forma de registrar o que senti como sendo o que de mais próximo ele poderia experimentar de um “gosto de liberdade”. É daquela tarde a primeira foto que fiz de Rafael — e a primeira de nós dois, lado a lado. (Sansão, 2024, p. 103)

Em janeiro de 2016, Sansão havia publicado quatro reportagens sobre o caso, e começara a ser identificada como “a jornalista do caso Rafael Braga”, a única que tinha acesso a todos os detalhes e em primeira mão. O relato a seguir expõe complexidades derivadas do trabalho como jornalista independente no campo dos direitos humanos:

Já me sentia **comprometida** com Rafael, com sua família e seus advogados do DDH. Trabalhando em conjunto, os cinco advogados passaram a contar comigo para algo que ia além da produção de matérias: unidos por sentimentos comuns e admirando-nos mutuamente pelo trabalho que vínhamos fazendo, de certa forma, juntos, por um objetivo comum — eles como advogados, eu como jornalista, todos sem remuneração e na luta pela liberdade de Rafael —, estabelecemos uma relação que transcendeu a que tradicionalmente se espera entre repórter e fontes. [...] Nos tornamos parceiros e, com o **passar do tempo**, amigos. Assim, eu já não era, para eles, “apenas” a jornalista de confiança que estava do mesmo lado da trincheira na luta pela defesa intransigente dos direitos humanos e que, portanto, eles podiam acessar sem filtros. Passamos a julgar as questões relativas à exposição de Rafael juntos — não por ausência de ética da minha parte, embora

adeptos do “fetiche da objetividade” possam enxergar dessa forma, mas por uma profunda *responsabilidade social* em relação a Rafael, isto é, por um *senso ético* que está muito acima da compreensão do jornalismo que publica qualquer coisa e a qualquer preço, sem se importar com as consequências para *personagens em situação de extrema vulnerabilidade social*, como o catador de latas cuja história eu vinha contando com enorme dedicação. A família de Rafael contava conosco, confiava em nós, precisava de nós. Tínhamos uma espécie de **missão** — e o entendimento do jornalismo baseado na ideia do distanciamento e da objetividade não alcança a dimensão humana de um processo que nenhum de nós sabia que estava tão distante de ter um desfecho. (Sansão, 2024, grifos nossos)

Ao fim de 2015, Rafael teve progressão para o regime aberto com uso de tornozeleira eletrônica, podendo trabalhar e cumprir sua pena em casa com a família. Na manhã do dia 12 de janeiro de 2016, entretanto, a caminho da padaria, Rafael foi abordado por policiais militares da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) de Vila Cruzeiro, que o agrediram e ameaçaram para que fornecesse informações sobre o tráfico local. Rafael foi algemado e levado à UPP e em seguida à delegacia, onde foi autuado por tráfico, associação para o tráfico e colaboração com o tráfico. Vítima de novo flagrante forjado, foi enviado de volta à prisão.

Em 20 de abril de 2016 houve a primeira audiência de instrução e julgamento. A única testemunha de acusação ouvida foi o PM Pablo Vinícius Cabral, um dos que haviam detido Rafael três meses antes. Além dos advogados e da mãe de Rafael, a repórter foi a única a acompanhar a audiência. O registro exclusivo¹⁴ apontou contradições do PM em relação a seu depoimento na delegacia na ocasião da prisão. Também foi ouvida naquela audiência a única testemunha de defesa — uma moradora da favela que havia visto a abordagem dos policiais e as agressões a Rafael, segundo a qual ele não levava nada nas mãos.

O trabalho de testemunhar o que era dito (e o que não era), observando as pessoas presentes na cena e registrando os depoimentos acabou se tornando uma forma de documentar, para além do material que usaria na produção das reportagens, a história de um processo simbólico. Era uma produção de arquivo. E as matérias passaram a ser anexadas aos autos do processo, como uma espécie de “prova suplementar” da defesa de Rafael.

A reportagem detalhou as diligências apresentadas pelos advogados, a presença de ativistas da Campanha Pela Liberdade de Rafael Braga na calçada em frente ao TJRJ e dedicou

¹⁴ Sansão, Luiza. PM se contradiz ao depor contra Rafael Braga, preso nas manifestações de junho de 2013. Ponte Jornalismo, 20/4/2016. Disponível em: <https://ponte.org/pm-cai-em-contradicao-ao-depor-a-justica-contra-rafael-braga-o-unico-preso-pelas-manifestacoes-de-junho-de-2013/>.

espaço à mãe de Rafael — o que trazia à matéria a emoção que também é informação (Moraes, 2022):

Ele não se rebela, não dá o menor sinal de agressividade. Ele apenas se senta, olha timidamente quem está na sala.

Quando seus olhos encontram os da mãe, Adriana Braga, ou até os desta repórter, ele ergue as mãos para acenar positivamente, mas encontra o limite imposto pelas algemas, e baixa de volta as mãos calmas. Mesmo assim, ele sorri — um sorriso sincero, de paz. A mãe, que não pode abraçá-lo nem para se despedir, resigna-se — no olhar, a mesma dor de quando relatou à Ponte, há quase um ano, o quanto seu filho mais velho é afetuoso e a ajudava com o dinheiro que ganhava vendendo as latas recolhidas nas ruas. “Nem abraçar ele eu posso”, murmura ela, baixinho, saindo da sala à qual sabe que terá que voltar outras vezes. Porque a saga de Rafael é a sua própria.¹⁵

Em sua dissertação, Sansão registra esse momento como um “ponto de virada” a partir da constatação — ainda não elaborada à época — de que se tornara parte da história de Rafael, e de que seus escritos passaram a refletir mais isso:

O que se lê nesse fragmento é a história de um encontro. Um encontro entre mãe e filho. Um encontro testemunhado por uma jornalista. Um encontro que é desta jornalista com essa mãe e esse filho que são personagens centrais de toda essa história. Ao longo de todo o tempo em que Rafael esteve em regime fechado e, portanto, inacessível para mim, sua mãe era porta-voz de sua própria essência — não apenas porque era sua visita credenciada e autorizada, mas porque era sua mãe e a pessoa que jamais desistiu dele. E porque, mesmo antes de eu ter meu primeiro encontro com Rafael, foi por meio dela — do que ela dizia e do indizível — que eu conheci um tanto da figura de seu filho antes mesmo de estar com ele pessoalmente e sentir que, de alguma forma, eu realmente já o conhecia. Adriana Braga é tão importante na minha narrativa sobre a história de seu filho quanto ele próprio — como o fragmento acima mostra, mesmo que eu não tivesse elaborado isso ainda, não dessa forma, no momento em que o escrevi, há mais de oito anos.

[...] E foi ali, naquela sala, em um dado momento da audiência, que ela se inclinou e apoiou sua cabeça na minha — e nenhuma palavra diria mais do que aquele gesto. [...] foi a primeira vez que pude ouvi-lo contar em detalhes sobre sua prisão. E não consegui conter minhas lágrimas diante de toda a violência que ele narrou. (Sansão, 2024, p. 112)

Foram, ao todo, 28 publicações, das quais 21 na Ponte Jornalismo e sete no blog ancorado no site Outras Palavras. Seguindo os preceitos éticos canônicos na formação em jornalismo, Sansão não expôs nos textos publicados a intimidade e confiança mútua conquistadas ao longo dos anos de convivência. Observa que não cogitou expor, por exemplo, problemas ocorridos no âmbito familiar de Rafael ou em relação à sua dependência química. Em sua dissertação, ela justifica com argumentos que explicitam seu engajamento na causa de Rafael e seu compromisso com a ética jornalística: “[É] um problema de saúde que, se eu

¹⁵ Sansão, Luiza. “Mandaram eu abrir a mão, botaram pó na minha mão, me forçando a cheirar”, revela Rafael Braga. Ponte Jornalismo, 08/06/2016. Disponível em: <https://ponte.org/mandaram-eu-abrir-a-mao-botaram-po-na-minha-mao-me-forcando-a-cheirar-revela-rafael-braga/>.

tivesse abordado em reportagens, poderia ter reduzido o apoio da opinião pública e provocado o aprofundamento de estigmas já tão pesados sobre um jovem em situação de extrema vulnerabilidade social” (Sansão, 2024, p. 115).

Ao mesmo tempo, nas publicações pontuais que fez sobre o caso nos últimos anos, Sansão exerceu na escrita a liberdade que considera conquistada após tanto tempo de cobertura. No dia do aniversário de 30 anos de Rafael, em 31 de janeiro de 2018, publicou uma crônica em que afirma, pela primeira vez de forma explícita e literal, já na linha fina, sob o título “Rafael Braga, 30”¹⁶: “O que acontece com Rafael me afeta. Até porque não se trata só do Rafael, mas de todas as pessoas que, como ele, o Estado criminaliza”.

Nas últimas quatro vezes em que estive com Rafael, em sua casa, não produzi reportagens. Todos os registros feitos nessas visitas serão destinados apenas ao livro. Isto porque há tantas questões sociais complexas na vida de famílias como a do Rafael, que muitas vezes quem trabalha cobrindo uma história em profundidade precisa optar entre expor fatos que “dão ibope” para o repórter e segurar a onda por uma questão que deveria ser sempre considerada em primeiro lugar por qualquer profissional de imprensa: a responsabilidade social do jornalismo. Portanto, o que acontece com o Rafael me afeta. E, na realidade, não passo um dia sequer sem pensar nele em algum momento. Já atendi a telefonema de sua mãe de madrugada. Já deixei de estar com o meu pai no dia de seu aniversário, em minha cidade natal, para visitar o Rafael, simplesmente porque só teria o domingo para ir lá, em função do ritmo da semana. Já escrevi reportagens sobre ele vendo lágrimas pingarem sobre o teclado. No dia em que ele foi condenado a onze anos e três meses de reclusão em regime fechado, chorei por muitos minutos antes de conseguir escrever. (Sansão, 2018)

Sansão (2024, p. 116) explica que já “não interessava simular nenhum distanciamento”, assumindo que, como tantos profissionais, já simulara ou tentara simular antes, seja levada pela falácia da objetividade inculcada no ensino e na prática do jornalismo, seja por constrangimentos organizacionais de redações, que existem, mesmo nas independentes. E nomeia sentimentos que a acompanham durante a cobertura: tanto a “revolta” pelas violências de Estado contra Rafael, ao celebrar a visibilidade que proporcionou ao caso (“Minha revolta ecoou e alcançou muita gente. Gente que acessava e compartilhava tanto a matéria que o site travava (p. 114)”; como a “angústia” e a “impotência” em relação à sobrevivência de Rafael. Estes últimos, sentimentos que identificou também em declaração da jornalista gaúcha Eliane Brum sobre Sônia, “a menina quebrada” de 11 anos com quem desenvolveu “uma relação

¹⁶ Sansão, Luiza. **Rafael Braga, 30.** Blog da Luiza Sansão, 30/01/2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/luizasansao/2018/01/31/rafael-braga-30/>.

muito forte” durante uma cobertura na Bolívia em que conheceu uma família, em extrema pobreza, em que todos tinham a Doença de Chagas:

Quando eu fui me despedir dela pra voltar pro Brasil, ela me agarrou pelos meus braços e me disse aquela que talvez seja a frase mais brutal que eu já escutei. Ela me disse: ‘não me deixe morrer’. E eu, que sempre encaro as pessoas nos olhos, especialmente aquelas que me contam suas vidas, senti ali a minha covardia, porque senti que meu olhar bateu pelos cantos daquela casa de paredes esburacadas e fez uma volta completa antes de eu conseguir encarar a Sônia e dizer pra ela o que eu sempre digo: ‘eu vou contar a tua história pro mundo’. E a Sônia me olhou e eu sabia, e sabia também que ela sabia, que contar a história dela pro mundo podia não salvar a sua vida. E eu sempre acreditei, e continuo acreditando profundamente, no poder da narrativa, no poder da história contada como instrumento de transformação do mundo. Aproximar os mundos. [...] Só que eu não salvaria a vida da Sônia.¹⁷

Assim, embora escrever dê sentido à sua própria vida, afirmou Brum, ela viu-se tão “quebrada” que não conseguia escrever, porque “escrever parecia tão pouco e não ia salvar a vida da Sônia”. Mas, aos poucos, compreendeu que contar aquela história significava cumprir sua parte no pacto que ela havia feito com a Sônia, e que “contar uma história é pouco e é muito ao mesmo tempo, é o possível e o possível é o possível”. O mesmo sentimento de impotência acompanha Sansão em relação a Rafael:

Cada retorno meu da favela onde vive sua família é permeado por sentimentos que até hoje tenho dificuldade de nomear. É a certeza de não ter o poder de salvar sua vida. Vendo-o cada vez mais combalido, dói não poder salvá-lo por meio da palavra — não apenas a arte da palavra, meu ofício, mas qualquer palavra que o ajude concretamente a sair do buraco. E não apenas o buraco em que a prisão injusta o jogou, ou o da dependência química que também se aprofundou nesses anos de cárcere, mas o buraco profundo em que ele nasceu e cresceu — à margem da sociedade, sem direitos, sem cidadania. O buraco sem fundo em que ele sempre esteve. Por todos esses anos fui movida pela necessidade de contar sua história para o mundo — de cumprir a minha parte do pacto. (Sansão, 2024, p. 121)

O trabalho que tratamos aqui como jornalismo etnográfico se torna parte de um diálogo com personagens que revelam, no processo, personalidades sempre mais complexas – logo, abertas a contradições.

4. Saturação de repórter

No manifesto do Novo Jornalismo (1973), Tom Wolfe adota o termo “reportagem de saturação”. Se, no contexto da química, “saturação” figura como “estado de uma solução quando atinge a máxima quantidade de substância dissolvida numa dada temperatura”¹⁸, vale a analogia com o trabalho de jornalistas que procuram, ao longo de uma cobertura, reunir o

¹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SeeojASScDo&t=785s>. 121

¹⁸ Disponível em: <https://houaiss.online/houaisson/apps/www2/v7-0/html/index.php>.

máximo possível de informações para construir com maior riqueza de detalhes e profundidade a complexidade do personagem e da história que irá contar – sendo seu texto a “solução” que resulta de tudo o que foi reunido de “substância” durante a reportagem. Se nos ativermos aos significados populares de “saturar”, temos “aplacar a fome, a sede; fartar(-se), encher(-se), saciar(-se)”, que é o que acontece quando o repórter se sente *satisfeito*, ao final de um longo período de apuração, com o material reunido, julgando-o suficiente para escrever, *saciando-se*. E quase o mesmo sentido pode ser atribuído ao segundo significado que consta sobre “saturar” – “encher inteiramente; impregnar, penetrar” –, o que remete à imersão, à profundidade da cobertura, e então caminha para o terceiro significado, como numa graduação: “incomodar, chegar aos *limites* da resistência ou tolerância; enfastiar”.

Na cobertura do caso Rafael Braga, esses três significados de “saturação” são experimentados, ora ao mesmo tempo, ora como etapas que compõem esse processo de acompanhar por tanto tempo uma história complexa e que envolve violações de direitos humanos, criminalização da pobreza, racismo e relações permeadas por conflitos familiares e desafios éticos para a jornalista, de que os manuais de Redação ou mesmo a pesquisa acadêmica não dão conta:

Experimentei muitas vezes o significado de “saturação” no sentido de estafamento. [...]. Embora nunca tenha tido uma discussão com ele nessas situações-limite, já me senti irritada a ponto de precisar me afastar [...]. Assim como Fabiana Moraes conta ter sentido em relação a Joicy (2022), o desejo de me afastar de Rafael existiu [...] porque é realmente exaustivo lidar com a complexidade das pessoas, seus conflitos familiares e nossas próprias limitações, humanas e profissionais, diante das consequências de tamanha vulnerabilidade social e violações de direitos fundamentais. Às vezes passo um tempo sem telefonar e demoro a fazer uma visita, porque ir lá significa lidar com dores, conflitos, frustrações, impotência. [...] Assim, entendi, com o tempo, que é preciso tomar um pouco de distância (Sansão, 2024, p. 116)

Eis aqui um momento de *exaustão* a que repórteres chegam após tanto tempo de convívio em campo, um *estafamento* pelo trabalho em si e por eventuais conflitos que venham a lhe provocar desgastes diversos, sobre o qual buscamos lançar luz.

5. Considerações finais

Este artigo deriva de pesquisa em nível de pós-graduação, mas, diferentemente do usual – versão adaptada de um ou mais capítulos –, aqui lançamos mão da dissertação também como *corpus*, buscando na própria experiência anterior problematizações que ora trazemos para

debate para um prolongamento da pesquisa. Sansão explica as motivações que a levaram a se inserir em um programa de pós-graduação:

Em 2017, havia dois anos que eu vinha cobrindo o caso Rafael Braga, quando comecei a refletir sobre o tempo na reportagem, a imersão do repórter e sua relação com os personagens da história ao longo do tempo. Exatamente porque foi quando comecei a assumir que o que acontece com esses personagens, especialmente aqueles mais vulneráveis socialmente, pode afetar a repórter — como me afetou lidar com a série de injustiças de que Rafael foi e é vítima. É nas coberturas de longa duração que, com o aprofundamento das relações, desnudam-se contradições humanas e aprofundam-se desafios éticos. Porque comigo estava acontecendo isso, eu me afetava. E queria entender: estaria eu perdendo a “objetividade”? O jeito como eu acreditava que a história deveria (e merecia) ser coberta não cabe no jornalismo? Fazia sentido, afinal, que, em uma cobertura de longa duração, prevalecesse o “distanciamento” esperado nas coberturas cotidianas? (Sansão, 2024, p. 124).

No percurso de pesquisa no mestrado, ao buscar referências sobre jornalismo de longa duração, encontramos as pesquisas de Anne Hermann (2016, 2016a) sobre jornalismo etnográfico, que nos pareceu uma abordagem pertinente, original e atual, complementar àquelas mais frequentemente referenciadas no Brasil. Constatamos que na cobertura estudada estão presentes todas as características apontadas pela autora: a convivência por longo prazo durante a apuração da reportagem; o foco em grupos sociais normalmente negligenciados na cobertura da mídia tradicional; e a empatia entre repórter e interlocutores (Hermann, 2016a, 2016b).

Ao mesmo tempo, sua perspectiva sobre jornalismo etnográfico, identificando jornalistas que assumem a empatia e a imersão como estratégia, refutando o distanciamento ditado pelas cartilhas jornalísticas tradicionais, pareceu estabelecer diálogo fluido com a proposta por Fabiana Moraes (2022), de que jornalistas podem e devem tomar suas pautas como armas de combate, abraçando a subjetividade não como um problema, mas como solução possível para o empobrecimento e a perda de relevância da profissão.

A partir de revisão dos gêneros jornalísticos, encontra-se generosa bibliografia sobre o que se convencionou chamar de “grande reportagem”, “reportagem de fôlego” e “jornalismo em profundidade”, mas escassos trabalhos sobre “coberturas de longa duração”, em que se acompanha uma história ou personagem por meses ou anos, que buscamos focalizar.

Percebemos que há extensa produção sobre o jornalismo que se ocupa das narrativas aprofundadas, associadas ao jornalismo literário, “modalidade que, enquanto representante de um gênero que valora a narrativa, em geral precisa de mais tempo para a apuração e redação” (Martinez, 2017, p. 24) — mas diz mais respeito à questão do estilo, da estrutura textual e da

sensibilidade do jornalista. Parecem poucos ainda os estudos sobre o *processo* de apuração e os desafios que impõe uma cobertura de longa duração. Este ensaio busca trazer contribuição neste sentido.

Referências

- ALCOFF, L. Uma epistemologia para a próxima revolução. In: *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, n. 1, 2016, pp. 129-143.
- BAITELLO Jr., N. “Cultura do Ouvir”. In: **A era da iconofagia**. Ensaios de Comunicação e Cultura. São Paulo: Hacker, 2005.
- BRUM, E. **A menina quebrada:** e outras colunas de Eliane Brum. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013
- CUNHA, E. da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- CAIAFA, J. **Trilhos da cidade** – Viajar no metrô do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora, 2013.
- CARVALHO, J.; MENDONÇA JÚNIOR, F. **Para além da lentidão:** influências das relações entre tempo e espaço no conceito de jornalismo etnográfico. *Revista Eco-Pós*, v. 25, n. 3, p. 86-108, 2022.
- CRAMER, J.; McDEVITT, M. **Ethnographic Journalism**. In: IORIO, Sharon Hartin (ed.). Qualitative Research in Journalism – Taking it to the Streets. Mahwah: Laurence Erlbaum Associates, Publishers, 2004.
- DESMOND, M. **Evited – Poverty and Profit in the American City**. Nova York, Brodway Books, 2016.
- HERMANN, A.K. **Ethnographic Journalism**. *Journalism*, 2016a, Vol. 17 (2), pp. 260- 278.
- HERMANN, A.K. **The Temporal Tipping Point** — Regimentation, representation and reorientation in ethnographic journalism. *Journalism Practice*, 10:4, 2016b, pp. 492- 506.
- LAGO, C. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 1, p. 164-178, 2010.
- LONGHI, R.R.; WINQUES, K. O lugar do longform no jornalismo online. Qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo. **Brazilian Journalism Research**, v. 11, p. 110-127, 2015.
- MARTINEZ, M. **Jornalismo Literário:** tradição e inovação. Florianópolis: Insular, 2016 (Série Jornalismo a Rigor; v. 10)
- MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate:** subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2022.
- MORAES, F. **O nascimento de Joicy:** transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. 1. ed. Porto Alegre: Arquipélago, 2015.



NEVEU, E. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

PASSOS, M.Y.; MARCHETTO, A.B. Vozes do Leste: os jornalismos literários de Svetlana Alekiévich e Hanna Krall. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, M.P. da; MARTINEZ, M. (Orgs.). **Desigualdades, relações de gênero e estudos de Jornalismo**. São Paulo: Life, p. 105-122, 2018.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. In: **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, 2014.

PUERTA, A. El periodismo narrativo o una manera de dejar huella de una sociedad en una época. **Anagramas**. Universidad de Medellín, Colombia, v. 9, n. 18, pp. 47-60, jan.-jun. 2011.

SANSÃO, L.S.S. **Jornalismo literário-etnográfico e subjetivação da objetividade**: a relação entre repórteres e personagens em coberturas de longa duração e a dimensão narrativa e ética de relatos de profundidade. Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2024.

TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999.

WOLFE, T. **The New Journalism**. New York: Harper & Row, 1973.